

## ÍNDICE

6.3.5 -	Unidades de Conservação .....	1/11
6.3.5.1 -	Apresentação/Justificativas.....	1/11
6.3.5.2 -	Procedimentos e Metodologias.....	3/11
6.3.5.3 -	Resultados.....	3/11
6.3.5.4 -	Considerações Finais .....	10/11



## 6.3.5 - Unidades de Conservação

### 6.3.5.1 - Apresentação/Justificativas

Áreas Protegidas são áreas definidas geograficamente destinadas, ou regulamentadas, e administradas para alcançar objetivos específicos de conservação e/ou preservação (CDB, 2007). O conceito base para definição destas áreas utilizado no Brasil é aquele empregado nos países Europeus e Norte Americanos, que prevêem categorias como os Parques Nacionais e as Reservas Biológicas. Estes conceitos vêm evoluindo ao longo do tempo, principalmente depois do estabelecimento dos *movimentos ecológicos* (Estocolmo 1972, Eco 1992, etc.), os quais embasaram a legislação pertinente aplicada hoje. Vale ressaltar, que já que no Brasil as políticas de criação e manutenção das UC's são reflexos do contexto internacional, as ações geralmente são impostas pelo poder público às populações locais, gerando algumas vezes muitos conflitos com as comunidades locais.

As estratégias de conservação são remotas na história das florestas brasileiras, as idéias, os conceitos e as ações; advêm desde o Império com o estabelecimento de áreas destinadas a caça, ao estoque de madeira e a beleza cênica dos bosques reais. No arcabouço das leis que regiram/regem o Brasil, o primeiro Código Florestal (Decreto nº 23.793) acompanhado de suas atualizações (Lei 4.775 de 1965) e medidas provisórias (MP 2.166 de 2001) foram o marco na fixação das áreas protegidas por lei.

No âmbito das unidades de conservação, o marco legal e de grande visibilidade constitui-se no SNUC (Sistema de Unidades de Conservação), Lei nº 9.985/00 e o Decreto 4.340/02 regulamentador, que enquadra as áreas protegidas em suas diferentes categorias, dividindo-as em de proteção integral e de uso sustentável.

Atualmente, as unidades de conservação são estabelecidas com o objetivo de cumprir importantes funções ambientais, científicas, econômicas, sociais e políticas no País. Para que isso ocorra de forma satisfatória, elas devem ter suas administrações e manejos fundamentados em princípios de Planejamento atualizado e, portanto, dinâmicos (SNUC, 2002).

A criação das UCs no Bioma Amazônia ocorreu a partir das preocupações com as grandes pressões antrópicas sobre seus ecossistemas, os quais são responsáveis pelo equilíbrio e manutenção da

grande diversidade de fauna e flora tropical, além dos recursos hídricos, e da manutenção das condições climáticas, locais e globais (AMARAL et al., 1998).

Dentro as ações citadas acima, a de fundamental importância é o estabelecimento (recuperação e manutenção) de áreas com cobertura vegetal nativa. Embasado nas premissas da CDB, o governo federal visa ampliar o quadro de unidades de conservação em 2009 para 19,5 milhões de hectares de novos parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas, e consolidar 20,5 milhões de hectares de unidades de conservação já criadas. E até 2013 atingir um total de 50 milhões de hectares de unidades de conservação na Amazônia.

Fato de grande relevância para os horizontes estabelecidos acima, são as pressões internas (local) e externas (global), principalmente aquelas de cunho econômico, geradas nos últimos anos. Diante disto, o Brasil tornou-se signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB. Assim, ações foram e estão sendo tomadas no âmbito da preservação/conservação, utilização sustentável dos recursos e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização, inclusive o acesso e a transferência de tecnologias.

Como forma de destacar e proteger as áreas consideradas de grande "importância" socioambiental o governo estabeleceu o conceito de áreas prioritárias para conservação. Estas áreas fazem parte do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO, o componente executivo do PRONABIO (Programa Nacional da Diversidade Biológica). Este órgão realizou, entre 1997 e 2001, uma ampla consulta para a definição de áreas prioritárias para conservação na Amazônia, Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica, Campos Sulinos, e na Zona Costeira e Marinha. As 900 áreas escolhidas foram reconhecidas pelo Decreto nº 5092, de 21 de maio de 2004 e instituídas pela Portaria nº 126 de 27 de maio de 2004 do Ministério do Meio Ambiente.

O processo de atualização das Áreas e Ações Prioritárias foi realizado durante o ano de 2006 no âmbito de todos os biomas brasileiros e contou com o apoio de diversas instituições. Estas novas áreas prioritárias foram reconhecidas através da Portaria nº 9, de 23 de janeiro de 2007, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O levantamento das áreas protegidas vizinhas ou que recebem empreendimentos com potencial de degradação dos recursos naturais é de fundamental importância no estudo de viabilidade dos mesmos. Em empreendimentos lineares, como as Linhas de Transmissão de energia, por

exemplo, a presença de Unidades de Conservação (UC) influencia principalmente o manejo da vegetação das faixas de servidão do empreendimento.

Visando contribuir para a inserção harmoniosa do empreendimento no meio ambiente, o presente documento teve por objetivo fazer um diagnóstico das unidades na área de influência frente a inserção do empreendimento proposto, LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná.

### 6.3.5.2 - Procedimentos e Metodologias

Para o levantamento das áreas protegidas e prioritárias para conservação foram realizadas consultas no site dos órgãos competentes e nas bases secundárias existentes, como IBGE (2001), MMA (2005), ICMBio e PROBIO (2007). Assim, todas as áreas protegidas (Unidades de Conservação) e/ou prioritária para conservação foram registradas e apresentadas em escala 1:800.000. A influência do empreendimento nas UC's foi mapeada quanto à ocorrência de unidades de conservação ao longo do traçado, baseada na distância e no grau de interferência.

Os locais onde o traçado intercepta alguma unidade de conservação tiveram seu uso e a cobertura do vegetal do solo mapeados sobre ortofotos em escala (1:10.000), o que permitiu uma análise mais consistente das intervenções.

### 6.3.5.3 - Resultados

O traçado projetado para Linha de Transmissão 230 KV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 KV Jurupari - Oriximiná apresenta um significativo número de áreas protegidas por lei (Unidades de Conservação) na área de influência. Foram levantadas 18 unidades de conservação, sendo 13 de uso sustentado e cinco (5) de proteção integral.

Dentro da escala de trabalho (AII e AID), foi observada a presença de um complexo de áreas protegidas, com tendência a um mosaico de unidades de conservação de proteção integral e uso sustentado. A estratégia de conservação em mosaicos é muito utilizada para preservar ecossistemas nativos mergulhados em diversos usos antrópicos, ou melhor, com alto índice de fragmentação, como exemplo, a Mata Atlântica (Corredor central da Mata Atlântica).

Na **Figura 6.3.5-1** e no Mapa nº 2360-00-EIA-DE-3002-00 apresentado no Caderno de Mapas pode-se observar que a região do entorno apresenta um complexo de unidades de conservação que ocupam uma significativa extensão territorial. Com diversos objetivos, conservacionista (manejo)

e preservacionista (intocados). Apesar da abrangência e da diversidade de áreas protegidas por lei, somente a ResEx (Reserva Extrativista) do Rio Cajari será diretamente afetada pelo traçado proposto, que passará paralelo a estrada que liga Macapá a Laranjal do Jarí. A APA Curiáú localiza-se a uma distância de aproximadamente 50 m do traçado, e a Flona de Mulata, a ResEx Sempre Verde e a RPPN Aldeia Ekinox, a aproximadamente 8 km do traçado (Figura 6.3.5-1).



Figura 6.3.5-1 - Esquema relacionando algumas das Unidades de Conservação com suas respectivas distâncias (classes) do traçado proposto para a LT.

As unidades mais distantes do traçado também foram mapeadas. Abaixo segue uma descrição das unidades presentes na área de influência da LT, detalhadas de acordo com o grau de interferência.

### ResEx Rio Cajari

Segundo SNUC em seu artigo 18, a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos

básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Mantenedora de uma área de aproximadamente 500.000 ha com ecossistemas representativos (Floresta Ombrófila, Cerrado, Ecotonos, entre outros) da região, a ResEx do Rio Cajari, criada pelo Decreto N° 99.145 de 1990, está localizada no Estado do Amapá, nos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Vitória do Jarí.

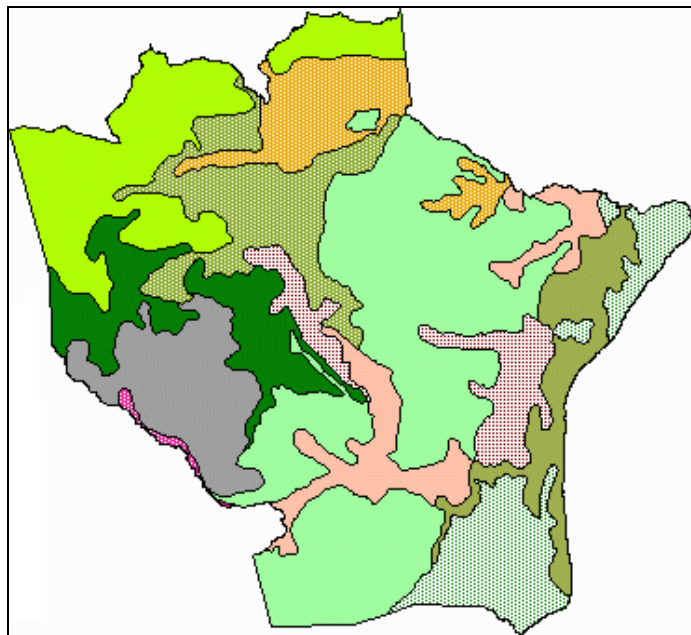


Figura 6.3.5-2 - Tipologias vegetais presentes na área da ResEx do Rio Cajari

Legenda:

- Floresta Densa em áreas sedimentares - Baixos platôs c/ cobertura de emergentes;
- Floresta Densa em áreas sedimentares - Baixos platôs c/ cobertura uniforme;
- Floresta Densa - Planícies aluviais permanentemente inundadas - Igapó;
- Floresta Densa Mista - Planícies aluviais inundadas periodicamente;
- Floresta Aberta em áreas de terraços aluviais c/ cobertura uniforme;
- Floresta Densa em áreas sedimentares - Platôs dissecados c/ cobertura de emergentes;
- Floresta Densa em áreas sedimentares - Platôs dissecados c/ coberturas de emergentes e Floresta Aberta latifoliada - Relevo acidentado c/ ocorrência de mata-de-cipó;
- Contato Savana/Floresta Mista - cacoeira - Relevo acidentado;
- Formações Pioneiras campestres em áreas deprimidas inundadas periodicamente;
- Formações Pioneiras Campestres em áreas deprimidas periodicamente inundadas e Floresta Aberta - Planícies aluviais inundadas periodicamente, mista; e
- Savana Parque c/ Florestas de Galeria distribuídas em drenagem densa e de ilhas.

A Reserva Extrativista do Rio Cajari é drenada pelas bacias dos Rios Cajari e Ajuruxi, Igarapé Tambaqui e outros pequenos igarapés vindos do nordeste. Na área da ResEx, existem hoje aproximadamente 60 comunidades formando cerca de 800 famílias que exercem, prioritariamente, atividades agrícolas. Sendo assim, um dos termômetros da dinâmica do uso do solo na área, devido principalmente as oscilações de preço de produtos florestais (e.g. castanha-do-brasil). Segundo dados da UFPA, de 2000 a 2005, o preço do hectolitro do óleo de castanha saltou de R\$ 22 para R\$ 90. Essa valorização no mercado fez com que, neste mesmo período, muitas famílias da Reserva trocassem a atividade mista de agricultura e extrativismo para se dedicarem ao extrativismo baseado na coleta da castanha.

Dentre os principais aspectos relacionados ao manejo da vegetação na ResEx podemos citar a perda de habitats, o que leva a fragmentação do maciço florestal que compõem a área, e perda indivíduos de importância socioeconômica. Para mitigar as interferências do empreendimento nesta unidade o traçado proposto (escolhido) foi disposto de maneira minuciosa na área, estando localizado ao lado da rodovia, "*faixa compartilhada*".

De acordo com o IBAMA, até 1998, menos de 0.05% da ResEx estava Desmatada. Como em todo o Estado do Amapá, o índice de desmatamento na ResEx é muito pequeno, sendo difícil de ser quantificado. Além disto, o mapeamento apresenta muitas dificuldades devido a ocorrência de um fenômeno que impossibilita a utilização das imagens do Satélite LandSat: esta região apresenta uma cobertura de nuvens acima de 50% durante todo o ano. O sensor do LandSat é um sensor do tipo "passivo", e seu sinal não atravessa a cobertura de nuvens. Por este motivo, utilizou-se a imagem de Radar, que possui um sensor "ativo", capaz de atravessar a cobertura de nuvens.

No Caderno de Mapas segue uma apresentação dos usos e a cobertura vegetal do solo nos 70 km que o traçado proposto intercepta a ResEx do Rio Cajari.

### **APA do Rio Curiaú**

A APA do Rio Curiaú (Lei Estadual nº 431/98) possui 23 mil hectares, localiza-se no Estado do Amapá, é considerada uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. É habitada por uma das raras comunidades negras existentes no País. Seus limites principais são as comunidades de Campina Grande do Curiaú, ao norte; a Rodovia BR-156, a oeste; a cidade de Macapá, ao sul; e o Rio Amazonas, a leste. As comunidades locais são em grande parte áreas remanescentes de quilombos, que atualmente sobrevivem da agricultura de subsistência, da pecuária, e do



extrativismo. Vizinha a APA encontra-se a Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Paraíso, criada pela Portaria nº 86/97, situa-se no município de Macapá, no Estado do Amapá, e situa-se nos limites da APA do Rio Curiaú.

Mesmo após a sua criação o desmatamento e do número de focos de calor ainda persistem, a pesar de uma diminuição de suas taxas. Em relação às estradas, estas apresentaram um considerável crescimento tanto no entorno como no interior da ResEx, aumentado assim a sua fragilidade em relação às atividades predatórias. Os dados sugerem que as atividades predatórias dentro e no entorno da ResEx continuam (apesar da redução das taxas de desmatamento) e tendem aumentar, visto que a abertura de estradas aumentou, mesmo depois do decreto de criação da reserva. Considerando que o estudo analisa somente os dados do primeiro semestre de 2006 e que abertura de estradas é o sinal claro que o acesso ao interior da Reserva continua, pode-se prever um cenário mais preocupante para o próximo ano (Martins et al., 2007).

Existem ainda outras unidades de conservação no entorno a área de influência do empreendimento, porém, não haverá nenhuma interferência nas mesmas. Abaixo segue um pequeno descritivo das Unidades de Conservação presentes na área de influência:

**Floresta Estadual do Paru:** Ocupa uma área de 3.612.000 hectares que abrange os Municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, Estado do Pará. Foi criada com o objetivo de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e ambientais, e gestão de reserva legal de forma compatível com a conservação de sua biodiversidade (Decreto nº 2608, de 04/12/2006).

**Estação Ecológica do Jarí:** Localiza-se nos estados de PA e AP, mais especificamente nos municípios de Almeirim, Mazagão com uma área de 227.126 ha (Decreto 87.092 12/04/1982).

**RDS do Rio Iratapuru:** Criada em 1997, com 806.184 hectares, a RDS do Rio Iratapuru abrange parte dos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Pedra Branca do Amapari. Possui como limites a Terra Indígena Waiãpi ao norte; o curso do Rio Jarí a oeste e parte da Estação Ecológica do Jarí ao sul. Por interligar estrategicamente o PARNA Nacional Montanhas do Tumucumaque à Reserva Extrativista do Rio Cajari, a RDS é considerada uma área de grande importância para o Corredor do Amapá.

**RDS Itatupã-Baquiá:** Com cerca de 65 mil hectares de áreas de várzea e 802 habitantes, distribuídos em 143 famílias, a nova reserva localiza-se no estuário do Rio Amazonas, entre o canal Norte e o canal de Gurupá. Integra a Região das Ilhas e é encoberta pela maré duas vezes por dia, o que faz com que a área tenha características de utilização agrícola bastante peculiar.

**APA do Arquipélago do Marajó:** Com uma área 5.500.000,00 hectares criada em 1989, apresenta diversas fitofisionomias como Savana, Formações Pioneiras, Contato Savana - Formações Pioneiras e em maior parte (>70%) de Floresta Ombrófila Densa. O arquipélago do Marajó está localizado ao norte do Estado do Pará, banhado pelo Rio Amazonas, Rio Tocantins e pelo Oceano Atlântico, sua extensão é de aproximadamente 50.000 Km<sup>2</sup> e a população de 250.000 habitantes, o clima é quente úmido com temperatura média de 30 graus. O arquipélago do Marajó tem cerca de 3.000 ilhas e ilhotas, é o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo e uma área de Proteção Ambiental (APA).

**Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço:** abrange os Municípios de Gurupá e Melgaço, no Estado do Pará, com área aproximada de 145.297,54 ha.

**Reserva Biológica Fazendinha:** Localizada no estado do Amapá possui 193 ha na área de expansão da Capital e de Santana. É limitada pelo Rio Amazonas e pela rodovia BR-156 que liga Macapá a Santana. Apresenta forte pressão advinda da expansão urbana, de caçadores, pescadores e madeireiros. No caso específico desta reserva, a SEMA está propondo que ela passe para a categoria de APA, pois quando de sua criação (1984) lá já se encontrava um pequeno contingente populacional. Como atualmente existem aproximadamente duzentas e vinte famílias, o grau de antropização não justifica mais a sua continuidade como Reserva Biológica.

**Floresta Estadual do Trombetas:** localizado na margem esquerda (calha norte) do rio Amazonas, no Estado do Pará, com uma área de aproximadamente 3.303.306 hectares. A Floresta Estadual do Trombetas possui alto potencial para uso florestal manejado (madeira e produtos não-madeireiros) por abrigar florestas de alto valor econômico, além de apresentar potencial para ecoturismo, serviços ambientais e mineração.

**Floresta Nacional de Mulata:** localizada nos Municípios de Monte Alegre e Alenquer, no Estado do Pará, com os objetivos de promover o manejo de uso múltiplo dos recursos naturais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como, o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes.

A Floresta Nacional de Mulata possui uma área total aproximada de duzentos e doze mil, setecentos e cinquenta e um hectares, dezoito ares e quarenta e três centiares.

**APA Paytuna:** Localiza-se no município de Monte Alegre, abrange uma área de 561,29 km<sup>2</sup> (56.129 ha) e perímetro de 147.73 m. Apresenta uma pequena parte coberta por Formações Pioneiras (4%) e uma área significativa com Floresta Ombrófila Aberta (96%).

**Parque Est. Monte Alegre:** Criado em 2001, o Parque Estadual de Monte Alegre é uma UC de Proteção Integral está localizado no Estado do Pará, no município de Monte Alegre, no Pólo Tapajós. Com área de 5.800 ha (58,00 Km<sup>2</sup>) o Parque apresenta um complexo de serras, vales, cavernas com painéis de pinturas rupestres, além da existência de sítios arqueológicos que serviram de base para estudos científicos para a discussão sobre a ocupação da Amazônia, questionando a origem do homem nas Américas, o que o torna extremamente atraente do ponto de vista do turismo científico.

**Reserva Extrativista Verde para Sempre:** localizada na foz do rio Xingu, município de Porto de Moz, Pará. A ResEx Verde Para Sempre foi criada em 8 de novembro de 2004, após graves conflitos entre as comunidades locais e madeireiros, acirrados a partir de 2002. As comunidades locais da região e organizações não-governamentais mobilizaram-se e sugeriram a criação da ResEx em uma área de 1,3 milhão de hectares, uma das maiores da Amazônia (GREENPEACE, 2002).

**RPPN Aldeia Ekinox:** Localiza no Estado do Amapá mais precisamente no município de Macapá, abrange uma área de 10,87 ha próxima ao rio Amazonas. Vizinha a APA do rio Curiaú, Reserva Retiro Paraíso e ReBio Fazendinha.

O entorno a área de influência do empreendimento é todo mapeado pelo projeto PROBRIO, onde (Caderno de mapas) evidencia-se a ocorrência de áreas classificadas pelo PROBIO (2007) como de prioridade de ação extrema a muita alta, devido à importância biológica extremamente alta das áreas interceptadas pelo traçado.

As informações do PROBIO e das unidades de conservação associados à dinâmica do uso do solo entorno demonstra que a área esta sendo planejada de maneira conservacionista e que as áreas de extrema importância biológica estão destinadas para usos sustentados (criação de reservas extrativistas, florestas nacionais, ResEx, Flonas e reservas de desenvolvimento sustentável).

#### 6.3.5.4 - Considerações Finais

O mosaico de áreas protegidas (unidades conservação) no entorno do empreendimento abrange uma grande extensão territorial e representa trechos de ecossistemas representativo da região. Os objetivos gerais e o enquadramento legal são muito complexos devido a existência de uma grande diversidade de unidades de proteção integral (Reserva biológica, Estação Ecológica) e de uso sustentado (Reserva Extrativista, Área de Proteção Ambiental , Floresta Nacional). A presença de unidades de uso sustentado se justifica pelo uso peso socioeconômico da floresta na manutenção das populações locais.

De acordo com o mapeamento do uso do solo realizado pelo governo do Estado do Amapá, este, é uma das unidades da federação com maior chance de utilizar seus recursos naturais de forma ordenada, tendo em vista que possui 97% de sua cobertura florestal original, e tem uma posição geográfica estratégica na foz do rio Amazonas, com amplas possibilidades de atingir mercados ambientalmente sensíveis. Assim, as unidades de conservação de uso sustentado, como exemplo, FLONA e RESEX podem ser de fundamental importância para conservação e economia da região.

Apenas uma unidade de conservação é interceptada pelo traçado (ResEx Cajari) a qual torna o projeto sensível por parte da grande relevância socioeconômica (extrativismo) que cerca a referida unidade. Assim, entendimentos legais e técnicos devem ser estabelecidos para a determinação do manejo nos aproximadamente 70 km do empreendimento disposto no interior da ResEx.

As diretrizes e procedimentos estabelecidos na legislação pertinente e no Plano de Manejo da ResEx deverão ser respeitados durante no manejo do empreendimento. Principalmente nos aspectos relacionados ao manejo da vegetação na faixa de servidão da LT e na Recuperação das Áreas Degradadas (RAD). A princípio, as atividades de limpeza da faixa de servidão podem levar a perda de indivíduos de importância socioeconômica. A recuperação deverá ficar atenta para o conjunto de espécies a ser utilizado nas áreas degradadas. Ambas as atividades podem levar a implantação e/ou facilitação de entradas de espécies exóticas na região devem ser avaliada nos programas de RAD e supressão vegetal.

Em se tratando de espécies exóticas invasoras, a restauração da integridade ecológica dos ecossistemas e das Unidades de Conservação depende da intervenção humana. Invasões biológicas não são mitigadas ao longo do tempo. Pelo contrário, aumentam progressivamente e de forma exponencial na ausência de controle, quebram a resiliência dos ecossistemas e levam à perda de biodiversidade.

Além dos limites, o plano de manejo da Unidade de Conservação conterà normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da sua zona de amortecimento (art. 25, §1º, Lei nº 9.985/00).

Os conceitos estabelecidos pelo SNUC devem servir de base para as intervenções que venham ocorrer na Resex do Rio Cajari (SNUC, capítulo I - das disposições preliminares e Art. 2º):

VIII - manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

X - uso direto: aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais;

XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

XII - extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade;

Por fim, as unidades de conservação do entorno e principalmente a afetada diretamente pelo empreendimento (ResEx do Rio Cajari) serão beneficiadas pela compensação ambiental. Os recursos advindos da compensação devem buscar seguir as diretrizes dos órgãos e aos anseios das comunidades locais, ONG's e instituições de pesquisa.